

A escola - panaceia para os males sociais (II)

A promoção e a continuidade da formação cívica é o papel que cabe à escola enquanto espaço socializante e socializador por excelência, porém não pode passar pela cabeça de ninguém que a escola deve estar sòzinha nesse difícil confronto e muito menos quando tem que lutar contra potentes adversários que deveriam ser indubitáveis e inseparáveis aliados nessa batalha: os meios de comunicação e as próprias famílias.

Mediante o estado actual das coisas, afigura-se ciclópico conseguir uma concertação entre as diversas instituições influentes nesta área: família, meios de comunicação, escola, associações particulares, círculo de amigos, ocupação dos tempos livres e outras. Não escrevi a família em primeiro lugar casualmente; é aí onde tudo deve começar, onde deve iniciar-se a formação orientada para os princípios éticos, para o bom relacionamento social, para a escolha consciente dos programas televisivos ou literatura infantil e outras opções que os pais têm que fazer na educação dos seus filhos. Nada adianta, porém, haver famílias que até poderão fazer as opções mais correctas, e haver outras que estragam os seus educandos com demasiadas cedências, faltas de apoio, faltas de diálogo, falta de explicações para certas proibições, ausências prolongadas. Estes casos reflectem-se no comportamento individual e acabam por se reflectir também no comportamento do grupo onde eles estão inseridos, minando assim personalidades alicerçadas nos princípios que se tem vindo a defender. É aqui que deve desempenhar um papel importante, a ramificação da formação aos encarregados de educação, feita por orientadores preparados para o efeito e sempre com base no diálogo, no debate moderado e na experiência de cada um; uma formação orientada para uma concertação de opiniões quanto às opções a adoptar na educação dos filhos. Entre estas opções desempenha especial importância a escolha dos programas de televisão. Assim já se poderia seleccionar o lixo televisivo influenciando grandes comunidades a evitar ou mesmo boicotar certos programas e pressionar com mais força os responsáveis pela produção e emissão desses programas noutro sentido. Porque quem faz os programas de televisão acabam por ser os espectadores, e se estes não são orientados a escolher produtos com qualidade e se preferem o que racionalmente não é bom, é isso que lhes dão e acaba por ser isso que todos temos que inevitavelmente suportar.

Tendo por base as vertentes já referidas, a formação cívica poderá e deverá efectivar-se através de várias formas para que constitua um espaço privilegiado, galvanizador e potencializador de toda a organização e acção educativas e não meras referências de intervenção casuística. Além de outras práticas, os jogos de cooperação e a literatura infantil são duas formas de efectivação da formação cívica, por irem de encontro aos interesses dos jovens. Além disso pode fazer-se uma constante ligação interdisciplinar e transdisciplinar com base na actividade lúdica e no inesgotável manancial educativo alimentado pelo imaginário, pelo fantástico e pelo património literário popular.

Todas estas orientações, são ideias para a atenuação do problema do ponto de vista pedagógico. No entanto, para que exista uma efectivação mais sólida e mais consequente destas práticas, será necessária a cooperação coordenada e a colaboração inequívoca dos responsáveis políticos, desde as autarquias até aos mais altos dirigentes nacionais. A criação de estruturas desportivas, lúdicas e culturais com o acompanhamento de monitores devidamente preparados; a obrigatoriedade de um arranjo urbanístico e paisagístico que incluam espaços verdes e de lazer; a concessão de mais facilidades aos progenitores para poderem acompanhar os seus filhos de mais tenra idade sem precisar de os depositar em creches ou infantários; a desconcentração da população nos grandes centros urbanos, criando pólos de desenvolvimento na província; são algumas das medidas que poderiam contribuir para proporcionar aos jovens e cidadãos em geral uma melhor qualidade de vida prevenindo possíveis comportamentos desviantes, proporcionando uma educação mais salutar e uma formação mais íntegra. Claro que tudo isto pressupõe uma completa restauração de ?vícios? governativos que duram há muitos anos e que não serão facilmente debelados. A simples produção de legislação, sem a criação de condições para a sua aplicação prática, pouco ou nada resultará e continuaremos a adiar e até a agravar um problema social que precisa de ser encarado com o empenhamento generalizado de toda a sociedade.